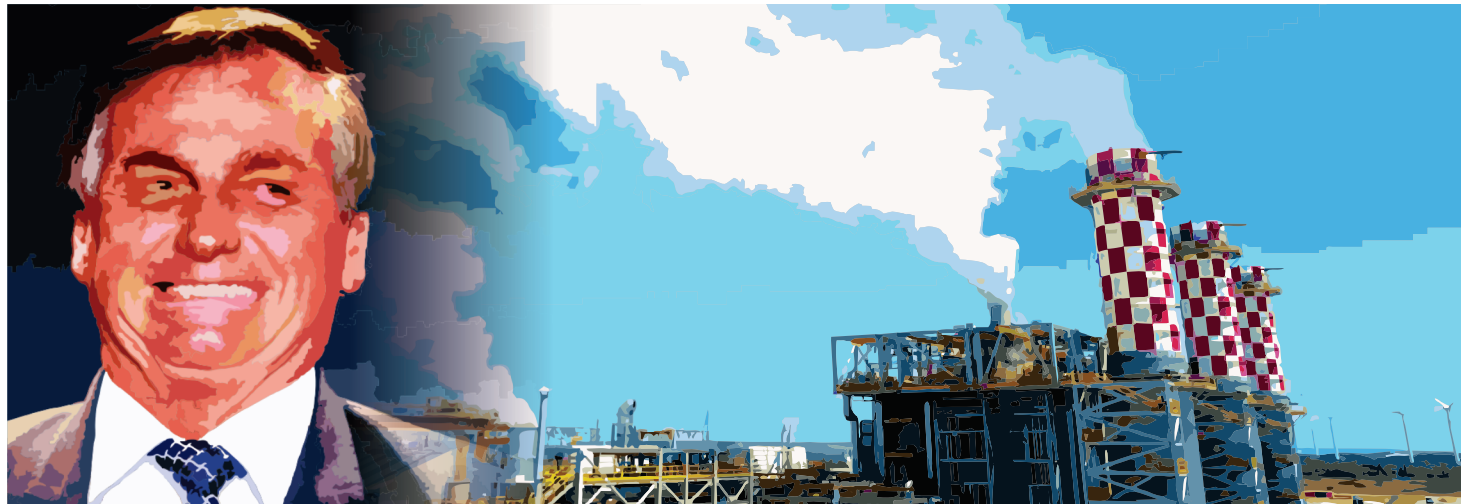




PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É CRIME DE LESA-PÁTRIA



No último dia 18 de maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) liberou a privatização da Eletrobras. Tal decisão está apoiada em uma série de irregularidades devastadoras para a economia nacional e para a população que pagará a conta dessa entrega, pois quem comprar (a empresa ou empresas do sistema Eletrobras) vai vender a energia gerada pelo valor de mercado, estimado em cerca de três vezes o preço de custo, acrescidos da taxa de lucro, que é determinada pela própria empresa.

O único voto contrário a esse ataque foi do ministro Vital do Rego, que expôs as ilegalidades do processo adotado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), entre elas, prejuízos de, no mínimo, R\$ 40 bilhões ao País, além da perda de controle sobre a energia nuclear.

Os impactos da privatização da Eletrobras vão muito além do encarecimento da conta de luz. A Lei está repleta de “jabutis” (a inserção de norma alheia ao tema principal em um Projeto de Lei) que atendem aos lobbies poderosos do setor como, por exemplo, a inserção de 8 mil MW em termelétricas a gás no Sistema Interligado Nacional (SIN) entre os anos de 2026 e 2030.

Sendo o Brasil um país rico em recursos hídricos, a exigência da instalação de termelétricas, um modelo poluente, em detrimento de fontes renováveis, como a eólica e solar, é um absurdo desnecessário que custará caro aos cofres públicos e visa satisfazer interesses de grandes corporações do setor. Além disso, o modelo de privatização previsto na proposta que virou lei, em decorrência da aprovação da Medida Provisória nº 1.031, prevê que as termelétricas a gás serão instaladas em regiões que não o produzem (Centro-oeste, Norte e norte de Minas), o que vai obrigar a construção de gasodutos caríssimos.

A previsão legal é que essas usinas vão operar em tempo integral, gerando energia térmica cara e poluente, mesmo quando houver muita água nos reservatórios ou muita energia eólica ou solar.

O Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), em nota técnica sobre os impactos ambientais decorrentes da inserção de termelétricas a gás natural, esclarece que a medida está na contramão do cenário global de transição energética e de risco de racionamento. Segundo a nota, “Além de representar custos adicionais em relação a outras opções energéticas menos custosas para o atendimento dos maiores centros de carga do País, o investimento em gasodutos está comprometido em uma fonte energética que tornará mais distante a necessária descarbonização da matriz elétrica brasileira. O mesmo pode se dizer das emissões diretas decorrentes da operação dessas usinas”.

Preço de banana para quem comprar e de ouro para o povo. Em ação que tramita na 7ª Vara Federal Cível de Brasília, parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) contestam o cálculo que subavalia o preço de venda da Eletrobras. Eles também entraram com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando que o Ministério de Minas e Energia (MME) não divulgou os estudos sobre o impacto tarifário da privatização para a população brasileira.

O governo Bolsonaro não conseguiu realizar plenamente a pauta privatista para a qual foi eleito. Isso significa que, se conseguir um segundo mandato, ele precisará ser mais violento contra o povo e as organizações dos trabalhadores que defendem o patrimônio público, a economia nacional, empregos e direitos. É preciso que os trabalhadores estejam organizados para evitar sua reeleição e, mais do que nunca, para lutar contra os planos neoliberais da burguesia que o apoia.

SERRA DO CURRAL SOB AMEAÇA DA MINERAÇÃO



O Parque da Serra do Curral, em MG, entra na rota da exploração mineradora, promovida pelo governador Romeu Zema. Uma das mais importantes áreas de proteção ambiental da Mata Atlântica, o parque protege a região da ação predatória, garantindo a manutenção da fauna e flora locais.

Aprovado no Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), o licenciamento do projeto de mineração da empresa Tamisa, autoriza a instalação do complexo industrial na Serra do Curral, entre os municípios de BH, Nova Lima e Sabará, em um processo cheio de irregularidades, como, por exemplo, ter ignorado que a Serra é tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Natural (Iphan) desde 2016 e está com um processo em curso para o tombamento a nível estadual.

A ação destrutiva da mineração no território afetará a cultura das famílias quilombolas que vivem na região. Há riscos de que este processo de exploração comprometerá, inclusive, a capacidade de abastecimento hídrico da região metropolitana de Belo Horizonte.

No capitalismo, a mineração é a síntese mais expressiva da exploração, mutilação e mortes. A luta dos trabalhadores deve ser em defesa da estatização das mineradoras, que devem estar sob controle da população e gerar desenvolvimento social.

Mineração predatória escraviza, mutila e mata.

#TiraoPédaMinhaSerra

PISO DA ENFERMAGEM NO LIMBO



Foi aprovada nesta quinta-feira (2), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/2022, cujo texto prevê as garantias de financiamento para o piso salarial nacional de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e de parteiras.

O piso da enfermagem foi aprovado em 4 de maio, mas ainda é necessário estabelecer de onde virá o dinheiro para pagar esses profissionais. A origem do custeio será determinada por meio de Projeto de Lei Complementar (PLC). Uma das alternativas cogitadas é o uso de recursos de fundos especiais e receita com tributos sobre jogos de azar, cuja liberação está parada no Senado. Já a proposta de aumentar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para bancar o piso nacional da enfermagem na

rede pública deve ser abandonada pelos deputados, diante do grande lobby das mineradoras no Congresso Nacional.

A categoria dos trabalhadores em Enfermagem deve aproveitar o debate da questão do financiamento do Piso, ainda em aberto, para ampliar sua luta pelo cumprimento da Lei que estabelece seu pagamento, contra os cortes no orçamento do SUS e contra a EC95, do teto de Gastos, que estrangula o orçamento de municípios e estados.

TI - HORA EXTRA E SAÚDE



A fixação do limite jurídico da jornada de trabalho visa garantir a proteção à saúde física, psíquica e social do trabalhador. Além da ausência de doença ou de enfermidade, a proteção à saúde abrange, também, um completo estado de bem-estar físico, mental e social do trabalhador.

A sobrecarga de trabalho, causada pelo número insuficiente de profissionais em um setor, causa impactos na saúde dos empregados, desencadeando doenças como a ansiedade, a depressão, a síndrome de burnout, perturbações no sono, doença isquêmica do coração, entre outras.

Com o teletrabalho, ficou muito mais fácil para o empregador impor determinadas práticas que no trabalho presencial seriam facilmente questionadas. O empregado passou a se sentir mais frágil para contestar as exigências do patrão e, com isto, o

aumento da exploração tem sido uma realidade na categoria de Tecnologia da Informação - TI.

O excesso de horas extras é uma contradição, pois, como indica o nome, é algo que acontece de forma extraordinária e não pode ser corriqueira. Fazer hora extra diariamente é aumento de jornada de trabalho. Isso certamente custará a saúde de quem trabalhou mais do que a ciência pesquisou e concluiu que deveria ser sua jornada.

É preciso lutar pelo direito à saúde, por melhores salários e condições de trabalho.